

Deputado abre ofensiva contra tributos previstos no projeto

SÃO PAULO — Uma ofensiva em vários Estados contra o conteúdo do texto sobre tributação incluído no projeto de Constituição em debate será deflagrada a partir da próxima semana pelo Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e pelo tributarista Ives Gandra da Silva Martins, Coordenadores do Movimento de Defesa do Contribuinte. Independente dessa iniciativa, o Deputado afirmou que os próximos 90 dias "serão de tormentas econômicas, com consequências sociais e políticas muito sérias". Afif previu uma inflação de 15 por cento até o fim do ano.

A reativação do Movimento de Defesa do Contribuinte, criado em outubro de 1985 pela Associação Comercial e Instituto dos Advogados de São Paulo, visa agora derrubar itens que constam do projeto de Constituição e que dizem respeito ao sistema tributário: extinção dos cinco por cento do Imposto de Renda adicional dos Estados e dos compulsórios que permitirão à União instituir empréstimos em caso de interesse nacional e ainda quando a conjuntura exigir uma absorção do poder aquisitivo.

Ao mesmo tempo, a luta do Deputado Afif Domingos será pela inclusão de seu projeto, rejeitado pela Comissão de Sistematização,



Foto de Sílvia Corrêa

Deputado Afif Domingos e Ives Martins: na defesa do contribuinte

da transferência do sistema tributário indireto. Através dele, os fabricantes estariam obrigados a exibir, nos rótulos dos produtos industrializados, o valor do tributo que sobre eles incide.

— O contribuinte precisa saber que, ao tomar uma cerveja, está pagando três a uma pessoa invisível — disse o Deputado, informado com os rumos que a Constituinte tomou nas duas últimas reuniões. Segundo Afif, o projeto tributário é fruto de pres-

sões corporativas para atender os interesses de lobbies dos Municípios, Estados e União. "Montaram um projeto à última hora que leva à não descentralização de poderes e os contribuintes devem preparar seus bolsos", acrescentou Afif.

A crítica do Deputado Afif Domingos recai especialmente sobre o artigo do anteprojeto de Constituição que se refere aos empréstimos compulsórios no novo sistema. "Existe aí, disse, uma dupla

gravidade: o Governo, ao instituir o empréstimo compulsório em caso de interesse público nacional, pode definir o que bem entende como relevante, enquanto o Poder Judiciário fica sem saber o que é ou não relevante numa situação dessa". Afif acha que não se deve "passar um cheque em branco para o Governo".

Sem criticar diretamente o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral — "uma vítima dessas pressões" —, Afif Domingos disse estar disposto a reapresentar seu projeto aos constituintes. Para isso, segundo ele, será necessário conscientizar 466 deputados, "que estão impedidos de participar da elaboração da Constituição", para homologá-lo em plenário.

A ofensiva que será desencadeada pelo Deputado será centrada sobre a classe média do País que, a seu ver, "entrou em processo brutal de perda aquisitiva". Afif Domingos chamou de "negociação espúria" a retirada de seu projeto e o aparecimento dos dispositivos referentes aos compulsórios "introduzidos pela União". O certo é que, com ou sem a aprovação do substitutivo do Deputado Bernardo Cabral, Afif acredita que haverá um aumento tributário até o fim do ano, por decreto-lei.